

O TRATAMENTO DA PAISAGEM E A QUALIDADE DE VIDA NAS CIDADES.

Manoel Carlos Toledo Franco de Godoy *

Os focos de interesse do paisagismo tendem a diversificar-se à medida que se revelam as inter-relações das questões abordadas pelo planejamento regional e pe-lo planejamento urbano e os múltiplos aspectos dos problemas ecológicos. Pode-se declarar, resumidamente, que o trabalho do paisagista associa-as formas de tratamento da paisagem sob os aspectos ecológicos, estético ou de mera apropriação dos recursos naturais, em favor de uma convivência harmo-niosa e saudável entre o homem e o seu meio físico.

O trabalho do paisagista pode relacionar-se às alterações geomorfológicas verificadas numa bacia hidrográfica como resultado do desmatamento; pode ser exemplificado no planejamento dos equipamentos necessários a um bos-que dentro de uma estância hidromineral e ainda é encarado como a atividade de projetar um jardim de uma residência. A paisagem urbana, que é aquela criada pelo homem, é considerada como objeto de tratamento paisagístico. Neste caso, a simples discussão sobre a adequação estética ou cultural de um monumento numa praça, por exemplo, representa uma abordagem de interesse paisagístico.

As publicações C.J. Arquitetura nº 12, Cadernos Brasileiros de Arquitetura nº 5 - dedicadas ao paisagismo - e os anais dos Simpósios Brasileiros de Contrôlo à erosão (1), (4) e (5) apresentam projetos paisagísticos brasileiros, elaborados por arquitetos ou equipes compostas por profissionais de diferentes especialidades. Grande parte destes projetos orienta-se direta ou indiretamente para obje-tivos de lazer, condicionando-se à exigências de natureza ecológica. Verifica-se, pelos exemplos descritos nestas publicações e por alguns empreendimentos conhecidos, uma certa

* Professor Auxiliar de Ensino junto ao Departamento de Ciên-cias Ambientais do IPEAPP - UNESP - Presidente Prudente.

dependência entre o paisagismo e o estabelecimento de áreas de lazer. Estas áreas são planejadas em função da necessidade humana de se ocupar o tempo não aplicado aos trabalhos obrigatórios, sendo também definidas em função da criação de espaços públicos a partir de obras de saneamento e proteção do meio-ambiente. Como objetivam o oferecimento de condições de bem-estar e delimitam no seu interior porções do terreno não destinadas a outros equipamentos de serviço público, propiciam a formação de um parque ou reserva de área verde.

O passeio ou permanência nestas áreas tor-nam-se por si mesmos uma forma de lazer. Uma pesquisa da COGEP ⁽¹⁶⁾ fornece indicações de que frequentadores de praças públicas na cidade de São Paulo consideram satisfatório o seu lazer nestas praças. Como principais fatores para esta satisfação, eles apontam a vegetação, o ar puro e o des-canso. Ainda segundo esta pesquisa, os frequentadores per-tencentes às classes de mais baixa renda vão às praças prin-cipalmente com as finalidades de passeio e descanso.

Alguns estudiosos dos problemas do lazer enfatizam o seu papel social de compensação das insatisfa-ções e ansiedades geradas ou agravadas pelo trabalho quoti-diano. Ele é considerado como necessidade de reconforto de uma população de milhares ou milhões de habitantes de uma ci-dade, que são vítimas do chamado "stress". Recomenda - se que sejam disciplinados os meios para este lazer compensató-rio, destinando-se áreas especiais para os equipamentos ne-cessários a ele. As áreas de balneários ou parques são pro-jetadas como espécies de acessórios no organismo da cidade. Desde modo, além das praças, são reservadas alguns parques para a aplicação do paisagismo, como se na organização urba-na eles se constituíssem em um complemento ou suplemento.

Na realidade, a paisagem urbana é um com-ponente importante na vida cotidiana em toda a extensão da cidade. O homem urbano deve conviver com os elementos da fi-sionomia do seu "habitat", sem estar indiferente a eles no seu dia-a-dia. A ativação deste relacionamento tem conse-quências benéficas na integração dos habitantes à vida da ci-dade. Como necessidade básica para esta integração, este homem deve sentir-se como um dos donos da paisagem urbana.

É fundamental nesta ambientação que se revejam as prioridades de uso dos espaços públicos no que diz respeito à circulação de veículos motorizados. O espaço público deve ser concebido para a melhoria de vida da população. Um maior apreço da relação homem/paisagem deve influir no planejamento viário duma cidade ou bairro. Para se por em prática esta concepção, é imprescindível a classificação das vias públicas em artérias e vias de acesso local, uma vez que nem todas as ruas de um bairro estão destinadas à comunicação com os bairros vizinhos.

Na paisagem urbana, os benefícios da cobertura vegetal são de diversas naturezas: estabilidade de encostas, garantias de infiltração de águas pluviais, oxigenação da atmosfera, amenização do clima, proteção contra ruído, conhecimento da flora nativa, educação ambiental etc... Uma reflexão de Burle Marx ⁽¹²⁾ ilustra o que deve ser o papel do paisagismo:

"Fazer jardins, projetar parques ou praças públicas não se resume apenas em solucionar problemas de composição, mas também em fazer a natureza acessível ao Homem e, porque não dizer, tornar o Homem acessível à natureza, pois, o dia em que este a compreender melhor, a vida nessas aglomerados de neuroses e depressões que os homens chamam ciudades tornar-se-á mais amena, mais agradável, mais humana".

De acordo com as recomendações da ONU, para cada habitante de uma cidade, a quota de áreas verdes públicas é de 12 m². O mínimo admitido é de 8 m² (14). Esta parcela de vegetação não deve ser garantida apenas por alguns parques ou praças. Particularizando-se, dentro dos domínios de uma cidade, uma área com potencial de povoamento máximo de 1.000 habitantes, propõe-se para a mesma uma reserva de 1,2 hectares de área verde pública, que comporta várias opções de manejo espacial. É impossível proceder a este manejo com um mínimo de originalidade sem interferir, por exemplo, na organização de um loteamento, mesmo que seja à custa de modificar as normas comumente adotadas nesta organização. Disciplinando-se, nos loteamentos, as vias de circulação, ampliam-se as possibilidades de distribuição dos equipamentos paisagísticos. É importante respeitar a paisagem natural, evitando-se as alterações que não contribuam pa

ra a melhoria de vida dos moradores. Se o traçado das ruas se adaptar à conformação do terreno, tendem a ser menos com plicadas as obras civis de infraestrutura.

O arruamento em malha quadrangular estabe lece uma rigidez paisagística, hostil à integração do mora dor ao ambiente local. Entre outros efeitos, ele impõe a modificação da fisionomia do terreno, introduzindo cortes e aterros. A presença dos cortes influi de modo negativo no ambiente de bem-estar, alcançável no convívio mais harmoni so com a paisagem.

Num projeto de loteamento não há necessi dade de se confinarem as áreas de vegetação a uma área váli da para o loteamento global. Além dos espaços menos apro veitáveis para fins residenciais, outros, mais esparsos pelo conjunto de lotes, podem prestar-se à localização de cobertu ra vegetal. Com os recursos do "design" paisagístico e com as previsões sobre a vida de comunidade do bairro a ser im plantado, esta cobertura pode ser distribuída por certas sub divisões das unidades correspondentes a quadras, também no espaço entre a rua e os lotes e em pequenas praças. O mora dor deve perceber nos equipamentos paisagísticos públicos os componentes de sua vida quotidiana, os elementos da vida co munitária, deve opinar sobre eles, questioná-los e tomá-los como referência para a localização ou reconhecimento de ou tros componentes.

No tocante a parques, estes devem seguir algumas diretrizes na sua concepção: evitar a homogeneida de, enriquecendo-se a paisagem com equipamentos de vários ti pos, formas e posições; valorizar as consultas aos habitan tes do seu entorno ou da cidade em geral; prezar as espécies nativas; respeitar as exigências do clima quanto às necessi dades dos usuários e aos tipos de plantas.

A preocupação de melhorar a qualidade de vida em uma cidade através dos espaços reservados à cobertu ra vegetal não pode estar associada apenas ao planejamento do lazer e a um vago sentimento ecológico. É desejável que a área verde se integre ao quotidiano dos locais de trabalho dos hospitais, das escolas e ao uso das vias expressas e ruas secundárias, ao uso dos locais de convivência da popu lação e de outros componentes urbanos.

Existem vantagens, no entanto, na identificação de áreas verdes com o lazer, principalmente quando expressa em forma de preocupação com a disponibilidade destas áreas. Moradores de alguns bairros da cidade de São Paulo tem se manifestado coletivamente, exigindo das autoridades a liberação de espaços públicos, principalmente para benefício da população infantil. Referem-se a estes espaços indiferentemente como "áreas verdes" ou "áreas de lazer". Observa-se neste caso o relacionamento entre a paisagem e a melhoria da qualidade de vida.

A conotação de lazer é evidenciada em proposições de melhoria do espaço urbano através de fechamento de ruas ao tráfego de veículos motorizados, em favor da maior liberdade das crianças ou para a vida em comunidade de moradores de quadras vizinhas. A mesma preocupação orienta a concepção dos calçadões nos centros das cidades, na valorização de largos e vielas tradicionais, ainda levando-se em conta o significado cultural destes elementos urbanos. Também nestes casos se associa o tratamento da paisagem aos propósitos de favorecer a convivência da população com a sua cidade.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, M.J.C.P. & ZADRA, A.E. Combate à erosão Urbana no Estado de São Paulo: uma solução definitiva. In: Anais do II Simpósio sobre o controle de erosão. São Paulo, ABGE, 1981.
- BARBIÈRE, Evandro B. O fator climático nos sistemas territoriais de recreação: Tese de doutoramento N.P. São Paulo, Inst. Geogr. USP, 1979.
- BUTLER, George D. Recreação. Rio de Janeiro, Lidador, 1973.
- CADERNOS BRASILEIROS DE ARQUITETURA. Paisagismo. São Paulo, Projeto Editores Associados Ltda, 1978.
- C.J.ARQUITETURA. São Paulo, 1976
- ECKBO, G. Landscape for living. New York, F.W. Dodge Corporation, 1950.
- _____. Case history one: open space and land use. In: Land use and landscape planning. Bath, Great Britain, Pitman, 1973.

- LE CORBUSIER. Maneira de pensar o urbanismo. Mira Sintra-Men Martins, Europa-América, 1977.
- LOVEJOY, D. The needs and objectives of Landscape planning. In: Land use and Landscape planning, Bath, Great Britain, Pitman, 1973.
- LUCAS, M.G. Arquitetura paisagística no planejamento físico-territorial. Porto Alegre, GG Edições técnicas, s.d.
- MARX, R.B. As áreas verdes no espaço urbano. In: Burle Marx: homenagem à natureza. Petrópolis, Vozes, 1979.
- _____. Os parques e a cidade. In: Debates I, São Paulo, FAUUSP, 1971.
- MEDEIROS, E.B. O lazer no planejamento urbano. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1975.
- MONTEIRO, C.A.F. A questão ambiental no Brasil. (1960-1980). São Paulo, IGEOG-USP, Série Teses e Monografias nº 42, 1981
- REQUIXA, R. -O lazer na grande cidade e os espaços urbanizados. In: Cadernos de Lazer I. São Paulo, Brasiliense, 1977.
- SÃO PAULO (Cidade). Coordenadoria Geral de Planejamento -Projeto Centro: investigações preliminares - São Paulo, 1980
diretrizes de desenvolvimento. São Paulo, 1980.
- SÃO PAULO (Estado). DAEE - A Atuação do Departamento de Águas e Energia Elétrica no combate à erosão urbana no Estado de São Paulo. In: Anais do I Simpósio.